

Paim propõe boicote ao governo

Senador petista quer que Senado suspenda os trabalhos até PEC paralela ser votada na Câmara

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs que os senadores suspendam as votações de matérias de interesse do governo até que a Câmara dos Deputados vote a PEC (proposta de emenda constitucional) paralela da Previdência. O boicote defendido pelo petista seria uma represália pelo fato de o governo e sua base demorarem a colocar em votação a PEC.

A proposta paralela foi uma das condições para que o Senado aprovasse, no final do ano passado, o texto principal da reforma previden-

ciária. Ela restitui alguns benefícios dos servidores públicos tirados pela reforma previdenciária.

"Há seis meses o Congresso foi convocado no recesso de início de ano para votar a PEC paralela. Uma parte dos senadores só aprovou pouco antes a reforma previdenciária por causa da promessa do governo de aprovar a paralela. As relações entre o governo e as duas Casas do Congresso não podem se pautar por promessas não cumpridas. Por que a Câmara engaveta a emenda paralela?", declarou

Paim, ao discursar no plenário do Senado. Ele foi apoiado em apartes pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que também votou contra o mínimo de R\$ 260, e pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Suassuna conclamou os deputados a votarem "contra ou a favor da emenda paralela, mas que não se omitam".

O boicote é mais um caso de rebeldia a ser administrado pelo Palácio do Planalto e pela direção do PT. Na última segunda-feira a Executiva Nacional do partido puniu os nove deputados e três senado-

res, entre eles o próprio Paim, que votaram contra o salário mínimo de R\$ 260, proposto pelo governo. Os congressistas foram suspensos das atividades partidárias e de bancada.

Ontem, os "rebeldes do mínimo" recorreram contra a punição. Eles acusaram a direção do PT de julgá-los à revelia e de "inovarem" ao criar uma punição sem data para terminar.

Os punidos na Câmara foram Orlando Fantazini (SP), Paulo Rubem (PE), Maria José Maninha (DF), Mauro Passos (SC), Chico Alencar (RJ), Ivan

Valente (SP), Doutora Clair (PR), João Alfredo (CE) e Walter Pinheiro (BA). No Senado, Paulo Paim (RS), Flávio Arns (PR) e Serys Slhessarenko (MT). Entre os deputados, todos assinaram o recurso. No Senado, Flávio Arns não assinou. Ele informou aos colegas que encaminhou uma carta à Executiva questionando a punição e prefere aguardar a resposta da direção do PT. Paim levantou a dúvida se a suspensão impedirá os senadores e deputados de participarem das campanhas eleitorais dos candidatos do PT.